

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

**COMPROMISSO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 004/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 3/2023**

**PROCESSO DE COMPRAS Nº 6039/2022**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 135/2022**

**OBJETO:** Registro de Preços, para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento e implementação de tecnologia capaz de mapear, monitorar, eliminar focos e suprimir a transmissão populacional de Aedes Aegypti em larga escala em zonas urbanas para atender a demanda da Secretaria de Saúde e Higiene do município de Ribeirão Pires.

**COMPROMISSÁRIO:** BIOVEC COMERCIO DE SANEANTES LTDA

**PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO:** 12 (doze) meses

**VALOR:** R\$ 3.353.040,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e três mil e quarenta reais).

Aos três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, nas dependências da **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, entidade de Direito Público Interno, localizada no Paço Municipal, com sede na Rua Miguel Prisco n.º 288, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, neste ato representada pelo Secretário de Saúde e Higiene, Sr. Audrei da Rocha Silva, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **BIOVEC COMERCIO DE SANEANTES LTDA**, estabelecida na Avenida João Ramalho, nº 170, Conj. 311, Vila Assunção, Santo André. SP, CEP: 09.030-320, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.668.748/0001-81, daqui por diante denominado **COMPROMISSÁRIO**, neste ato representada pelo Sr. Marco Antônio Manzano Bertussi, portador da cédula de identidade RG nº 18.600.276 SSP/SP, inscrito no CPF nº 151.820.438-48, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, declarando sujeitarem-se às normas legais vigentes e as cláusulas presentes nesta Ata.

# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto da presente ata de Registro de Preços, para futura contratação de empresa especializada no fornecimento e implementação de tecnologia capaz de mapear, monitorar, eliminar focos e suprimir a transmissão populacional de Aedes Aegypti em larga escala em zonas urbanas para atender a demanda da Secretaria de Saúde e Higiene do município de Ribeirão Pires, conforme anexo III do edital, que faz parte integrante deste Termo.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1. A Prefeitura emitirá a “ordem de serviço” que deverá ser atendida pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da referida Ordem de Serviço.

2.2. Durante o prazo de validade deste compromisso, vigorará a ata de registro de preços a ele integrante, período no qual o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR estará obrigado a executar à CONTRATANTE, sempre que por ela for exigido, na forma pretendida referida na cláusula antecedente, o(s) serviço(s) objeto do presente.

2.3. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR fica obrigado a manter, durante toda a execução do Compromisso, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.4. O objeto desta avença deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, que constitui o Anexo III que acompanha este termo de compromisso, correndo por conta do COMPROMISSÁRIO as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do compromisso.

2.5. A prestação dos serviços, objeto desta avença, será executada diretamente e sob exclusiva responsabilidade do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, vedada a contratação de terceiros sem a anuência da CONTRATANTE, por escrito e, conforme Termo de Referência constante do Anexo III do presente edital.

2.6. Deverá ser indicado um responsável que responderá pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, durante toda a vigência desta avença.

2.7. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá emitir relatório dos serviços prestados para efeito de pagamento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Termo de Compromisso.

3.1.1. Durante o prazo de validade deste compromisso, o COMPROMISSÁRIO estará obrigado a executar os serviços à CONTRATANTE, sempre que por ela for exigido.

## **CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas oriundas da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária da seguinte Natureza de Despesa: 3.3.90.30.00 (Material de Consumo) e 3.3.90.39.00 (Outros Serviços Terceiro Jurídica) do Orçamento da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, correspondente ao exercício de 2023 e exercício vindouro.

# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

## **CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E REAJUSTES**

5.1. Os preços registrados para a execução dos serviços, especificados na Cláusula Primeira, serão aqueles constantes da Proposta e Planilha de Quantidades e Preços, apresentadas pelo COMPROMISSÁRIO, com data base correspondente à data da apresentação da proposta.

5.2. Os preços remunerarão todas as despesas com a execução do objeto, e deverão compreender todos os custos com materiais, mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas, constituindo-se, a qualquer título, a única e completa remuneração pela perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

5.3. O(s) preço(s) referido(s) no item 5.1. deste termo não será(ão) objeto de atualização financeira por via da aplicação de qualquer índice de correção monetária, ou mesmo de reajuste de qualquer natureza, dentro do prazo de 12 (doze) meses.

## **CLÁUSULA SEXTA - DOS PAGAMENTOS**

6.1. O (s) preço(s) objeto do presente, será(ão) o(s) constante(s) da Ata de Registro de Preços como parte integrante do presente Compromisso.

6.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da emissão da respectiva fatura.

6.3. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal, emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado junto ao setor de Tesouraria da Secretaria de Finanças, sito na Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal, o depositado em conta do interessado, que deverá ser fornecido pelo mesmo por escrito.

6.4. O COMPROMISSÁRIO será o único e exclusivo responsável pelo recolhimento dos tributos e contribuições incidentes sobre a execução da Ata de Registro de Preços.

6.5. Os pagamentos eventualmente efetuados com atraso terão seus valores atualizados monetariamente, de acordo com a variação do IPC-SP medido pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, ou, no caso de extinção deste, o índice que vier a substituí-lo, entre a data prevista no contrato até a data do efetivo pagamento, mais os juros e compensações financeiras.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

7.1. Caberá ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no Termo de Referência, o seguinte:

7.2.1. Fornecer as soluções, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços ou o fornecimento dos produtos em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre a boa técnica, normas e legislações e os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados.

7.2.2. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE de forma clara, concisa e lógica, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

7.2.3. Comunicar a administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

7.2.4. Executar os serviços dentro de elevados padrões de qualidade e obedecendo rigorosamente às condições estabelecidas no Edital.

7.2.5. Assumir todas as despesas diretas e indiretas, tais como salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, uniformes, equipamentos, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos empregados do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, no desempenho dos serviços, ficando, ainda, a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

7.3. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá executar os serviços, nos termos das Normas, Portarias, Requisitos Técnicos e demais legislações pertinentes ao objeto em questão, inclusive assumir o compromisso de cumprir todas as normas relacionadas às questões ambientais quando aplicáveis.

7.4. Providenciar o deslocamento das equipes de trabalho, sem ônus adicional para esta administração, para o atendimento das demandas mencionadas no Termo de Referência.

7.5. Substituir, reparar ou corrigir, em até 05 (cinco) dias úteis, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Termo de Referência em que se verificarem defeitos ou vícios nos uniformes ou na execução, ainda que só detectados quando da sua utilização, arcando com o ônus de serviços rejeitados pela fiscalização que não sejam especificados e/ou considerados mal executados, devendo os mesmos serem refeitos.

7.6. Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR acerca do ato administrativo que lhes fixa o valor, sob pena de multa.

7.7. Contratar por sua conta todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por força de Lei e ou Convenção Coletiva de Trabalho e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto do Termo de Referência, assim como quaisquer outros que julgar pertinente aos riscos que se considera exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem.

7.8. Responsabilizar-se pelas ocorrências relativas a acidentes que possam ser vítimas seus empregados no desempenho de suas funções, por ocasião da execução dos serviços.

7.9. O COMPROMISSÁRIO deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, e em seus anexos, conforme oferta final apresentada na sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

7.10. Manter, durante toda a execução do Termo de Compromisso, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, especialmente, certificação habilitando-a a prestar o respectivo serviço.

7.11. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá facilitar a ação dos Fiscais e do Gestor da CONTRATANTE, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas por eles.

7.12. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá atender com presteza às eventuais reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para a CONTRATANTE.

7.13. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, respondendo por todos e quaisquer comportamentos e atitudes inadequados de seus profissionais, tais como falta de urbanidade, presteza ou decoro.

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

7.14. Veda-se ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações, referentes à prestação de serviços do objeto dos eventuais Contratos, sem a prévia autorização oficial escrita emitida pela CONTRATANTE.

7.15. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá se responsabilizar pelo cumprimento de toda legislação vigente, incluindo o pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços.

7.16. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá atender às despesas e encargos de qualquer natureza com o seu pessoal, necessários à execução do Termo de Compromisso, responsabilizando-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho, e outras.

7.17. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos, comprovados, causados ao órgão ou entidade CONTRATANTE, na execução das obrigações assumidas, respondendo por perdas e danos pela infração cometida ou executada inadequadamente.

7.18. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando, preferencialmente indivíduos portadores de atestado de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

7.19. Orientar e manter disciplina nos locais dos serviços, substituindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela CONTRATANTE.

7.20. Manter, durante todo o período de vigência do Termo de Compromisso, Preposto, com fins de representá-la administrativamente, sempre que necessário, devendo indicá-lo mediante declaração específica, na qual constarão todos os dados necessários, tais como nome completo, números de identidade e do CPF, endereço e telefones residenciais e de celular, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros.

7.21. O Preposto deverá estar apto a esclarecer todas as questões relacionadas a execução do contrato, principalmente no que concerne às faturas dos serviços prestados.

7.22. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR orientará seu Preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

7.23. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá instruir seu Preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da CONTRATANTE, do Fiscal ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, desde que de acordo com a legalidade, e devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

7.24. Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou prepostos à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se excluindo em virtude do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE, de acordo com o Art. 77 da Lei 8.666/93.

7.25. Repor, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer objeto danificado ou comprovadamente extraviado no período de trabalho de seus operários.

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

7.26. Responsabilizar-se pelo cumprimento por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE.

7.27. Assumir, também, as responsabilidades por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE.

7.28. Fornecer e manter atualizado todos os seus dados, inclusive endereço, telefone, fax, e-mail até o final da vigência do Termo de Compromisso.

7.29. As obrigações decorrentes da licitação constarão de contrato bilateral, fazendo parte integrante do instrumento contratual, guardada a necessária conformidade entre eles, o Edital, a proposta, as especificações e os documentos que os acompanharem.

7.30. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá adotar providências no sentido de orientar os funcionários com relação aos procedimentos do Termo de Compromisso e seus anexos.

7.31. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

7.32. O disposto acima se aplica, inclusive, nos casos de equívoco afeto à fixação dos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como o valor provido com o quantitativo de vale transporte.

7.33. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração.

7.34. Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das faturas pela CONTRATANTE, principalmente diante da legislação vigente.

7.35. Realizar, as suas despesas, na forma da legislação aplicável, tanto no processo de admissão quanto ao longo da vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames de saúde e preventivo exigidos, apresentando os respectivos comprovantes sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

7.36. Fornecer os equipamentos em quantidade necessária conforme descrição proposta técnica da contratada dentro das normas técnicas aplicáveis aos produtos desta natureza, ficando desde já estabelecido que só serão aceitos após conferência efetuada pela Coordenadoria de Recebimento e por servidor habilitado.

7.37. Promover o treinamento dos agentes públicos de saúde designados para realizar a distribuição e vistorias das armadilhas em curso ministrado pelo período de 8 horas.

7.38. Garantir o acompanhamento remoto via software na web dos equipamentos, além da vigilância integrada das demais armadilhas, reportando mensalmente os resultados obtidos ao servidor designado pela Contratante, que irá atestar a devida prestação dos serviços.

7.39. Prestar a assistência técnica necessária durante o período contratual e atender os chamados de emergência estipulado no TR durante todo período de vigência do Termo de Compromisso.

7.40. Atender as condições de garantia e reposição de peças indicadas no TR.

# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 8.1. Realizar os pagamentos devidos ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após a plena verificação de todas as fases merecedoras de fiscalização e da devida aprovação (mensal) por parte do fiscal e do gestor do Termo de Compromisso.
- 8.2. Proporcionar todas as condições para que o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR possa desempenhar os serviços de acordo com as determinações do Termo de Compromisso, do Edital e do Termo de Referência.
- 8.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 8.4. Notificar o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 8.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 8.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR.
- 8.7. Zelar para que durante toda a vigência do Termo de Compromisso sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.8. Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.
- 8.9. Quando for o caso, aplicar, ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.
- 8.10. Executar fiscalizações referentes ao serviço prestado pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, bem como solicitar, quando necessário, documentações imprescindíveis à perfeita execução do Termo de Compromisso.
- 8.11. Auxiliar o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR com documentos, informações e demais elementos que eventualmente venham a ser solicitados e que auxiliem nos serviços que tenham a executar.
- 8.12. Exercer fiscalização permanente sobre os serviços executados, objetivando a manutenção de elevado padrão de qualidade dos serviços prestados.
- 8.13. Facilitar o exercício das funções do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, dando-lhe acesso às instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados dessa administração e cumprindo suas obrigações estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.14. Emitir, com a periodicidade adequada ao objeto fiscalizado, relatório acerca da execução dos serviços, sugerindo, em tempo hábil, as providências necessárias em benefício da Administração.

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

8.15. Ficam reservados ao Gestor do Termo de Compromisso o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto, desde que não acarrete ônus para a CONTRANTE ou modificação na execução dos serviços.

8.16. As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do Termo de Compromisso deverão ser solicitadas formalmente pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR à autoridade administrativa imediatamente superior ao Gestor, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

8.17. Comunicar ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que sejam sanadas as ocorrências, com as devidas reparações ou correções.

8.18. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR com terceiros, ainda que vinculados à execução do serviço, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

9.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte do COMPROMISSÁRIO das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as multas de acordo com os termos dos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, que individualmente ou somadas, não poderão ultrapassar 10% (dez por cento) do valor do contrato.

9.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha o COMPROMISSÁRIO concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE.

9.1.2. Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.1.3. Declaração de inidoneidade, quando o COMPROMISSÁRIO deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

9.1.4. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

9.4. A aplicação das penalidades e/ou sua dispensa são de competência da Secretaria de Assuntos Jurídicos, precedidas de manifestação do responsável, titular da unidade orçamentará na tomada das seguintes sanções contra o COMPROMISSÁRIO:

9.5.1. advertência;

9.5.2. multa;

9.5.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo período de até 02 (dois) anos;

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

9.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, respeitado o disposto no artigo 87, IV, da Lei nº 8.666/93;

9.6. Será garantido ao COMPROMISSÁRIO o direito de apresentação de prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nas hipóteses em que se tiver por cabível a aplicação das penalidades previstas neste compromisso;

9.7. O valor das multas aplicadas será deduzido do pagamento do mês de referência dos serviços executados, a que fizer jus o COMPROMISSÁRIO.

9.8. Em não havendo pagamento a ser realizado, o valor das multas será cobrado diretamente do COMPROMISSÁRIO que deverá pagá-las no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da notificação.

9.9. É vedado a utilização de mão de obra infantil, na execução dos serviços, considerando como tal, o uso de trabalhadores com idade inferior a 14 (quatorze) anos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

10.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida pela CONTRATANTE de pleno direito, nos casos previstos pelos artigos 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. A rescisão da Ata de Registro de Preços, unilateralmente, pela CONTRATANTE, acarretará as consequências previstas no art. 80, da Lei Federal nº 8.666/93, em especial:

10.2.1. Assunção imediata do objeto da Ata de Registro de Preços, por ato próprio da CONTRATANTE, lavrando-se termo circunstanciado;

10.2.2. Ocupação e utilização dos locais, instalações, equipamentos, materiais, veículos e pessoal empregados na execução da Ata de Registro de Preços, necessários à sua continuidade, os quais serão devolvidos posteriormente;

10.2.2.1. Caso não ocorra a devolução, prevista na cláusula 10.2.2., caberá ressarcimento, mediante prévia avaliação;

10.2.3. Responsabilização por prejuízos causados à CONTRATANTE;

10.3. A Ata poderá, ainda, ser rescindida pela CONTRATANTE após a conclusão, em processo administrativo, da prática de qualquer ato ilícito de natureza grave pelo COMPROMISSÁRIO, seus responsáveis ou funcionários, relacionado à execução da Ata.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Pires, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

Para efeitos obrigacionais tanto o Edital da Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 135/2022**, quanto a proposta nela adjudicada, bem como a **Ata de Registro de Preços n.º 3/2023**, integram o presente compromisso de prestação de serviços, devendo seus termos e condições serem considerados como partes integrantes do presente instrumento contratual.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, 03 DE JANEIRO DE 2023.**

**AUDREI DA ROCHA SILVA**  
Secretário de Saúde e Higiene

**BIOVEC COMERCIO DE SANEANTES LTDA**  
Marco Antonio Manzano Bertussi  
RG:18.600.276  
CPF:151.820.438-4

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_  
NOME:  
RG

2) \_\_\_\_\_  
NOME:  
RG

# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

## **Termo de Referência**

### **1. DO OBJETO**

---

Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento e implementação de solução tecnológica de mapeamento vetorial e supressão populacional para o controle de mosquitos *Aedes aegypti* em larga escala para zonas urbanas, através da utilização de armadilhas de auto disseminação capazes de eliminar focos e suprimir a população de *Aedes Aegypti* para redução da transmissão de doenças. O escopo contempla o fornecimento das armadilhas e dos refis necessários para trocas periódicas, treinamento necessário a servidores e agentes públicos de saúde, bem como a disponibilização de licenças de subscrição mensal de uma plataforma digital de vigilância, mapeamento e georreferenciamento para dispositivos em campo, conforme especificações técnicas e demais condições indicadas por este Termo de Referência.

### **2. JUSTIFICATIVA**

---

#### **2.1. OBJETIVOS ESPERADOS:**

2.1.1. A presente contratação almeja atingir benefícios diretos e indiretos associados ao mapeamento, monitoração e eliminação de focos/supressão da transmissão populacional de *Aedes Aegypti* em larga escala em zonas urbanas, conforme abaixo:

- a. mapear e monitorar a população de *Aedes Aegypti* (Díptera: Culicidae) no município, incluindo fornecimento e suporte na instalação e acompanhamento das armadilhas de auto disseminação bem como o registro dos dados biológicos através de sistema de vigilância;
- b. eliminar focos e suprimir transmissão dos arbovírus pela priorização de áreas quentes da cidade (Hot Spots), identificando os locais de maior vulnerabilidade através do sistema de vigilância;
- c. capacitar servidores e agentes de saúde no escopo da vigilância do *Aedes aegypti*, assim como na implantação e no monitoramento das armadilhas de monitoramento e de auto disseminação para o controle do vetor;
- d. realizar o trabalho de forma coordenada com a Secretaria de Saúde e Higiene (SSH) e gerar relatórios periódicos que favoreçam a gestão da SSH, para as efetivas providencias em acordo com prioridades elencadas;
- e. implementar plataforma e aplicativo de fácil usabilidade com coleta de dados, para entendimento da realidade em curto tempo e precisão geográfica, listagem de ações de controle, prevenção, atividades de comunicação e engajamento da equipe para reduzir o potencial de aumento da população dos mosquitos e transmissão de doenças.

#### **2.2. ORIGEM DA DEMANDA:**

2.2.1. As ações de controle de vetor adotadas pelos programas ministeriais não têm se demonstrado efetivas para o controle e combate da Dengue, tendo em vista que ao longo dos anos os municípios têm sofrido seguidas epidemias com altos índices de incidência de casos. Ao se avaliar os dados de quantidades de casos notificados registrados já nas primeiras semanas do ano epidemiológico de 2020/2021. Sendo assim, a busca por novas tecnologias para controle do vetor que se mostrem mais eficientes que as até então adotadas, se faz necessário.

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

- 2.2.2. É cediço que o impacto econômico da dengue é substancial, em função de custos relacionados ao atendimento e tratamento, absenteísmo na escola e no trabalho, tanto no período agudo da doença quanto durante o período prolongado de recuperação. O impacto é significativo e estas estimativas não contemplam ainda o impacto causado pelo colapso do sistema de saúde no momento de epidemias.
- 2.2.3. O município de Ribeirão Pires, tem cumprido com o protocolo estabelecido pelo Ministério da Saúde, com a execução das ações para controle das arboviroses, porém, todas as alternativas até então preconizadas, estão se mostrando ineficazes no controle do vetor.
- 2.2.4. Existem atualmente novas tecnologias consideradas pela Organização Mundial de Saúde - OMS, Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS, Ministério da Saúde - MS além de diversas publicações científicas, que apontam estas inovações como meios para potencializar o controle do *Ae. aegypti*, no entanto, todas elas seguem uma nova linha de pensamento onde se utilizam o vetor como principal disseminador da técnica para controle. Estudos recentes já confirmam a eficácia das estações disseminadoras de larvicidas como sendo uma opção viável e disponível a ser utilizada.
- 2.2.5. Essas estações são recipientes chamados de 'estações de disseminação', tratados com o inseticida pyriproxyfen. Nas estações de disseminação, as micropartículas do inseticida em pó grudam no corpo do mosquito e são levadas por eles até os criadouros a um raio de até 400 metros. Quando as fêmeas pousam nos reservatórios para ovipor, ocorre a contaminação da água por meio das partículas dos inseticidas deixadas pelas fêmeas, e assim, a água dos criadouros passa a ser letal para as larvas dos mosquitos, que morrem antes de chegarem à fase adulta.
- 2.2.6. Ante todo o exposto e ao considerando o risco iminente de epidemia das arboviroses transmitidas por *Aedes* no município de Ribeirão Pires, sinalizados pelos indicadores epidemiológicos, entomoviológicos, climáticos, ambientais, demográficos, operacionais, salientamos a necessidade de implantação de nova tecnologia capaz de suprimir a população deste vetor e consequentemente a transmissão de doenças por ele veiculadas.
- 2.2.7. Resta claro, que dentre as alternativas viáveis e de pronto uso, destaca-se a Estação Disseminadora de Larvicida, amplamente testada e referenciada como alternativa eficaz pelos organismos de saúde nacionais e internacionais.
- 2.2.8. Ante o contexto exposto, cabe salientar que o presente processo administrativo se justifica com base nas premissas abaixo indicadas:

- a) Considerando que o uso de armadilhas no monitoramento e controle de mosquitos no Brasil já é uma realidade;
- b) Considerando que os efeitos da pandemia de Covid 19 causaram muitos transtornos e impediram os agentes de saúde fazerem seu trabalho de campo pois eles estão sem poder adentrar os domicílios;
- f) Considerando que o sistema a ser implementado é um dispositivo de auto disseminação e que já vem sendo utilizada em vários países no mundo;
- g) Considerando que o sistema a ser utilizado é um dispositivo multi-impacto, que além de eliminar todas as larvas e pupas, também elimina as fêmeas adultas do mosquito, potencializando o trabalho dos agentes de campo;

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

- h) Considerando que 80% (oitenta por cento) dos criadores dos mosquitos estão no interior dos imóveis;
- i) Considerando a imensa capacidade de dano social, humano e econômico aos cofres públicos das chamadas arboviroses (doenças transmitidas por mosquitos como Dengue, Zika, Chikungunya, Febre Amarela, West-Nile, Encefalite de Saint Louis, Mayaro e outras presentes no Território Nacional), faz-se necessária a presente licitação.

### **2.3. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.3.1. Conforme disciplinam os ordenamentos legais, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas hipóteses em que: pelas características do bem ou do serviço, haja necessidade de contratações frequentes; for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; quando, pela natureza do objeto ou situação fática, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração; exista expectativa de crédito orçamentário futuro.
- 2.3.2. Dada a natureza do objeto a ser licitado, de início, justifica-se que, uma vez que não é possível prever, com exatidão, o quantitativo a ser adquirido ao longo do contrato, haja vista a limitação orçamentária e a necessidade de crescimento programado do projeto ao longo de sua execução.
- 2.3.3. A definição de contratação eventual, será realizada com base no levantamento da volumetria necessária para que se atinja os objetivos do projeto ao longo de todo o período do eventual contrato.
- 2.3.4. Ademais, o Registro de Preços apresenta-se como ferramenta comprovadamente eficiente na busca por melhores preços, mantendo-os registrados para uma futura aquisição, conforme a necessidade e disponibilidade de recursos orçamentários, atendendo assim a necessidade de controle e racionalização do gasto público.
- 2.3.5. Assim, a adoção dessa prática tem como um de seus objetivos o princípio da economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a contratação será de larga escala, e por isso a tendência dos preços é diminuir.
- 2.3.6. Por fim, proporciona também economia processual, na medida em que torna prioritária a racionalização de processos e de redução dos custos operacionais, ou seja, ao realizar um só processo, despende-se o tempo uma única vez, e o bem-estaria disponível sempre que necessário, para atender a este Órgão, além de permitir eventuais expansões do projeto, na medida em que considera quantidades estimadas ao longo dos 12 meses as ARP.
- 2.3.7. Quanto a necessidade de Pesquisa de Quantitativo (Intenção de Registro), informamos que a estimativa dos serviços a serem contratados e sua provável utilização foi baseada em pesquisa de demanda dessa administração.
- 2.3.8. A ata de registro de preços terá validade de 12 meses, possibilitando a eventual aquisição dessa administração, dentro do prazo limite definido pela legislação aplicável.

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

### **2.4. AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTE ÚNICO:**

- 2.4.1. O agrupamento dos itens em lote único levou em consideração questões técnicas, bem como o ganho de economia em escala, sem prejuízo a ampla competitividade, uma vez que existem no mercado várias empresas com capacidade de fornecer os produtos/soluções na forma em que estão agrupados neste TR.
- 2.4.2. O agrupamento encontra ainda justificativa em decisões já deliberadas pelo TCU sobre a matéria, tais como, o informativo 106 do TCU que traz decisão que "A aquisição de itens diversos em lotes deve estar respaldada em critérios justificantes", adotando o entendimento do acórdão 5260/2011 – TCU – 1a câmara, de 06/07/2011, que decidiu que "Inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si".
- 2.4.3. Para organizar e alcançar maior economia de escala no processo de aquisição, visando resultado com maior vantajosidade para esta administração, vez que o aumento de quantitativos geram a consequente redução de preços a serem pagos.
- 2.4.4. Para facilitar a execução e fiscalização do contrato, propiciando maior nível de controle pela Administração, sendo prática comum reconhecida pelo mercado.
- 2.4.5. Ademais, o próprio Tribunal de Contas da União, já se manifestou no sentido de que, no caso específico, nas hipóteses de licitação com diversidade de objetos, o entendimento tem sido o de que o parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferido sempre no caso concreto, perquirindo-se essencialmente acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto, conforme se vê no Acórdão nº 732/2008, o TCU se pronunciou no sentido de que "a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto".
- 2.4.6. Considerando o caso concreto a divisão desta licitação em lotes, afetaria a qualidade dos serviços, bem como a entrega efetiva da solução que se pretende contratar, haja vista a interdependência entre as armadilhas de auto disseminação, o sache (refil) e a plataforma de mapeamento, desta feita, ressalta-se que não é possível o parcelamento ou a divisibilidade em razão da própria natureza do objeto.
- 2.4.7. Assim posto, resta claro que o agrupamento dos itens em lote único é medida que se impõe, considerando ser estritamente necessário a aquisição de elementos de forma agrupada, sejam eles de serviços ou produtos, não cabendo assim, o fatiamento do fornecimento de outra forma, que o apresentado neste documento.

## **3. DA COMPOSIÇÃO DOS LOTES LICITADOS**

---

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

- 3.1. Considerando as necessidades identificadas, são enumerados e descritos no quadro abaixo, as quantidades para cada item, considerando o dimensionamento levantado e estudado por essa administração.

LOTE 01 - ÚNICO (Solução de mapeamento vetorial e supressão populacional para o controle de mosquitos <i>Aedes aegypti</i> )						
ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	QTDE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL
01	Armadilhas de auto disseminação capazes de eliminar focos e suprimir a população de <i>Aedes Aegypti</i> para redução da transmissão de doenças, de acordo com as especificações indicadas neste Termo de Referência.	PEÇA	2.616	R\$ 281,80	-	R\$ 737.188,80
02	Refil bioativo para armadilha de auto disseminação, fornecido em sachês de alumínio de recarga selados e separados, de acordo com as especificações indicadas neste Termo de Referência.	SACHÊ	23.544	R\$ 100,50	-	R\$ 2.366.172,00
03	Licenciamento de Plataforma integrada de mapeamento e georreferenciamento de armadilhas de auto disseminação, de acordo com as especificações indicadas neste Termo de Referência.	LICENÇA MENSAL	12 meses	-	R\$ 20.806,60	R\$ 249.679,20
VALOR TOTAL DO LOTE						R\$ 3.353.040,00

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS

- 4.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, considerando que as características de desempenho e qualidade podem ser objetivamente especificadas, posto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração.
- 4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da licitante vencedora e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. DO SIGILO

- 5.1. A licitante vencedora deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob as penas da lei, independentemente da classificação de sigilo conferida a tais documentos.

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

- 5.2. A licitante vencedora não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.
- 5.3. Cada profissional da licitante vencedora deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da CONTRATANTE ou a serviço deste, salvo se expressamente autorizado.
- 5.4. Cada profissional da licitante vencedora deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes, ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo.

### **6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO**

---

- 6.1. **ITEM 1 - ARMADILHAS DE AUTO DISSEMINAÇÃO CAPAZES DE ELIMINAR FOCOS E SUPRIMIR A POPULAÇÃO DE AEDES AEGYPTI PARA REDUÇÃO DA TRANSMISSÃO DE DOENÇAS**, atendendo as especificações e características mínimas abaixo indicadas:
- 6.1.1. A solução a ser fornecida deverá contemplar um sistema de armadilhas instaladas nas áreas urbanas do município. As armadilhas de auto disseminação deverão ser capazes de atrair e contaminar os mosquitos Aedes com um larvicida especial de morte lenta e permitir que eles o espalhem para outros criadouros, de modo que as larvas do mosquito não sejam mortas apenas dentro da armadilha, mas também em outros criadouros nas proximidades. A ação da armadilha deverá ser combinada com um biocida biológico que mata o mosquito contaminado após alguns dias para impedi-lo de transmitir arbovírus.
- 6.1.2. A solução a ser fornecida deverá contemplar, no mínimo uma estação externa de contaminação de criadouros de mosquitos Aedes, com o objetivo de reduzir a população de mosquitos a um nível que reduza significativamente o incômodo e a propagação de doenças como a Dengue, Zika e Chikugunya.
- 6.1.3. As armadilhas deverão ser instaladas com a maior cobertura possível para maximizar a supressão populacional de Aedes aegypti. A distribuição das armadilhas será de responsabilidade da contratante e será definida com a orientação da licitante vencedora após a realização do treinamento e da reunião inicial de serviço. O quantitativo de armadilhas, sua distribuição no território e a periodicidade de substituição dos refis (item 2) será definido pelo gestor do Termo de Compromisso, com a orientação da licitante vencedora.
- 6.1.4. As armadilhas deverão ser de fácil montagem e instalação no local de sua utilização.
- 6.1.5. Os dispositivos de auto disseminação deverão ser eficientes e eficazes na mortalidade de larvas/pupas ou inibição de emergência de adultos de no mínimo 75% em área não inferior a 400 m<sup>2</sup> por dispositivo individual, sem haver necessidade de manutenção do dispositivo por um período inferior a 45 dias após sua instalação.
- 6.1.6. A armadilha deve ser composta de no mínimo, um recipiente para armazenamento de água, indicador de tempo capaz de indicar o tempo de manutenção, dispositivo flutuador e tampa.

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

### **6.2. ITEM 2 - REFIL BIOATIVO PARA ARMADILHA DE AUTO DISSEMINAÇÃO, FORNECIDO EM SACHÊS DE ALUMÍNIO DE RECARGA SELADOS E SEPARADOS, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS ABAIXO INDICADAS:**

- 6.2.1. O bioativo da armadilha deverá ser fornecido em sachês de alumínio de recarga selados e separados, que contêm tiras de gaze especiais com uma mistura de pó bioativo e dois comprimidos de odor. Os dois comprimidos deverão possuir, no mínimo, os seguintes ingredientes bioativos:
- 6.2.2. Piriproxifeno (ppf): Larvicida regulador de crescimento que tem como alvo os imaturos de mosquitos e, desta feita, seguro para mamíferos e humanos. Composto eficaz contra larvas de mosquitos mesmo quando aplicado em concentrações muito baixas (<10 ppb). Na armadilha, o ppf mata as larvas que se desenvolvem a partir de ovos depositados pelas fêmeas. Uma característica das fêmeas de *Aedes aegypti* é conhecida como “oviposição em saltos”, que consiste no depósito de ovos de uma mesma desova em vários criadouros. Desta maneira, este hábito favorece o espalhamento do ppf no ambiente, alcançando criadouros que os agentes de saúde não encontram em sua rotina.
- 6.2.3. - *Beauveria bassiana*. Os esporos se prendem ao mosquito após o contato e precisam de um fator de ativação específico do inseto para penetrar na pele e causar infecção no vetor (os humanos não têm esse sinal, portanto, os esporos não penetram na pele humana). Antes da morte, a infecção por fungos pode reduzir potencialmente a capacidade do mosquito de se alimentar e transmitir o vírus da dengue. A morte lenta provocada pelo fungo permite que os mosquitos infectados espalhem ppf por vários dias.
- 6.2.4. O item deve obrigatoriamente possuir registro junto a ANVISA, válido no momento de apresentação das propostas pela licitante, o documento de comprovação deverá ser entregue juntamente com o envelope de proposta.

### **6.3. ITEM 3 - LICENCIAMENTO DE PLATAFORMA INTEGRADA DE MAPEAMENTO E GEORREFERENCIAMENTO DE ARMADILHAS DE AUTO DISSEMINAÇÃO, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS ABAIXO INDICADAS:**

6.3.1. A plataforma deverá ser capaz de coletar, armazenar e gerar relatórios dos dados das armadilhas, contemplando os seguintes recursos e funcionalidades

- a) CADASTRO de usuários, estações e demandas;
- b) Conter MAPA DA CIDADE: atualização contínua;
- c) Possibilitar ABERTURA DE CHAMADO pelos profissionais cadastrados e autorizados;
- d) Possuir APLICATIVO para coleta de dados no campo (off line e online);
- e) Permitir o GEORREFERENCIAMENTO das armadilhas;
- f) Gerar RELATÓRIOS: tabelas, gráficos (infestação) e mapas (local armadilhas);

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

- g) Realizar CÓPIA DE SEGURANÇA DIÁRIA com persistência de uma semana;
- h) Realizar CÓPIA DE SEGURANÇA MENSAL;
- i) Possuir RECURSOS DE SEGURANÇA para o monitoramento dos acessos.

6.3.2. A plataforma deverá ser compatível com sistema operacional Windows 7 e suas versões posteriores, sendo de fácil instalação e configuração no equipamento da contratante.

### **7. DA GARANTIA E TREINAMENTO**

---

- 7.1. A licitante vencedora deverá prestar serviços de treinamento aos funcionários indicados pela Contratante, com as seguintes características:
- 7.2. Turma para até 30 (trinta) participantes com carga horária mínima de 08 (oito) horas;
- 7.3. A data de aplicação dos treinamentos será fixada de comum acordo com a CONTRATANTE;
- 7.4. As linhas gerais do conteúdo do treinamento deverão abranger:
  - a) Apresentação da plataforma e funcionamento das armadilhas;
  - b) Visão geral de funcionamento de cada item e forma de substituição dos refis;
  - c) Configuração da plataforma;
- 7.5. Todo o material didático deve ser repassado de forma impressa e em mídia para os alunos;
- 7.6. O(s) instrutor(es) deverá(ão) possuir experiência em didática.
- 7.7. O treinamento deverá ocorrer nas dependências dessa administração, ou local por ela indicado, ficando responsável por montar o ambiente adequado para realização do mesmo, isto é, todo o espaço necessário assim como toda infraestrutura computacional e de rede necessária.
- 7.8. Caberá à licitante vencedora instalar a plataforma e demais softwares que compõem a solução ou possibilitar o acesso ao Sistema no ambiente de treinamento.
- 7.9. Todas as despesas relativas à execução do treinamento serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora, incluindo os gastos com instrutores e o seu deslocamento.
- 7.10. Para fins de comprovação da execução dos Serviços de Treinamento, a contratada deverá entregar:
- 7.11. Lista de presença dos participantes do treinamento;
- 7.12. Certificado de execução do treinamento para cada participante ao término do treinamento.
- 7.13. Para todos os itens do presente termo de referência, a licitante vencedora deverá executar a manutenção legal e corretiva dos equipamentos contratados pelo período de 12 (doze) meses. O atendimento das solicitações de suporte deve ser provido nos locais de prestação de serviços ou remotamente via

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

telefone 0800 (ou solução equivalente), com ferramenta de registro de chamados, com o objetivo de:

- 7.14. Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;
- 7.15. Sugerir e apoiar métodos e práticas visando a correta e adequada utilização dos módulos, possibilitando obter o máximo de aproveitamento de seus recursos.
- 7.16. A garantia deverá ser prestada durante o período de contrato, na modalidade On Site, com atendimento em horário comercial das 08:00 às 17:00 horas em 5 (cinco) dias por semana.
- 7.17. A CONTRATADA deverá fornecer central de atendimento (0800) ou outra equivalente para abertura dos chamados de garantia, permitindo a consulta e acompanhamento posterior da situação destas solicitações, bem como identificação dos requerentes que solicitaram cada atendimento, com data e hora de todos os trâmites realizados, tanto pelo requerente quanto pelos operadores da CONTRATADA.

### **8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

---

- 8.1. Os itens 1 e 2 deverão ser entregues no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da autorização de fornecimento/nota de empenho, no(s) endereço(s) a ser definido pela Secretaria de Saúde e Higiene.
- 8.2. A Plataforma Integrada de mapeamento das armadilhas, deverá ser instalada em até 30 dias a contar da ordem de serviço, em local/equipamento a ser indicado pelo gestor do Termo de Compromisso em reunião inicial de serviço.

### **9. ACEITE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS.**

---

- 9.1. O aceite dos itens 1 e 2 será realizado pelo Gestor do Termo de Compromisso após a entrega das armadilhas e sachês no endereço indicado, momento em que será emitido um termo de recebimento definitivo após conferência das quantidades e condições dos itens.
  - 9.1.1. Para a plataforma de mapeamento (ITEM 3), que será licenciada pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, o Gestor do Compromisso receberá o Relatório dos Serviços Executados, enviado pela licitante vencedora, e atestar a execução dos serviços para o pagamento correspondente. Formato e demais informações pertinentes a este relatório serão detalhadas e acordadas entre as partes na reunião inicial de serviço.

### **10. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO.**

---

- 10.1. A fiscalização do Contrato decorrente deste Instrumento caberá aos servidores do ÓRGÃO CONTRATANTE, formalmente designados, que determinarão o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666 de 1993, ficando o titular do referido Ente como corresponsável.
- 10.2. Por Fiscalização entende-se o conjunto de atividades exercidas, de modo sistemático, pelo ÓRGÃO CONTRATANTE e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.
- 10.3. A licitante vencedora deverá sujeitar-se à fiscalização do CONTRATANTE quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes e acatar-lhes as exigências quanto à execução dos serviços, horários, qualidade e providenciar a imediata correção de deficiências constatadas quanto à execução dos serviços.

- 10.4. A CONTRATANTE manterá, desde o início dos serviços, a seu critério exclusivo, uma Comissão de Fiscalização e ou servidor formalmente designado para acompanhamento e controle dos trabalhos.
- 10.5. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela CONTRATANTE.
- 10.6. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a licitante vencedora da responsabilidade pela execução dos serviços.
- 10.7. A Fiscalização tem autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes atividades:
  - a) Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da licitante vencedora com as atividades de outras empresas, profissionais e/ou pessoas;
  - b) Exercer rigoroso controle sobre a execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
  - c) Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas faturas, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela licitante vencedora.
  - d) Realizar testes de controle, por amostragem, sempre que julgar necessário.
  - e) Analisar a execução dos serviços mediante o acompanhamento de indicadores mínimos de desempenho, disponibilidade e qualidade, que compõem o Acordo de Nível de Serviço.

### **TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)**

CONTRATANTE: Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

COMPROMISSÁRIO: Biovec Comercio de Saneantes Ltda

# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

COMPROMISSO Nº (DE ORIGEM): 004/2023

OBJETO: Registro de Preços, para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento e implementação de tecnologia capaz de mapear, monitorar, eliminar focos e suprimir a transmissão populacional de Aedes Aegypti em larga escala em zonas urbanas para atender a demanda da Secretaria de Saúde e Higiene do município de Ribeirão Pires.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

## **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

## **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA: Ribeirão Pires, 03 de Janeiro de 2023.**

### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: Luiz Gustavo Pinheiro Volpi  
Cargo: Prefeito Interino  
CPF: 107.716.268-51

### **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Audrei da Rocha Silva  
Cargo: Secretário de Saúde e Higiene  
CPF: 155.463.988-33

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

#### **Pelo CONTRATANTE:**

Nome: Audrei da Rocha Silva  
Cargo: Secretário de Saúde e Higiene  
CPF: 155.463.988-33

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **Pela CONTRATADA:**

Nome: Marco Antonio Manzano Bertussi

Cargo: Administrador

CPF: 151.820.438-48

RG: 18.600.276 SSP/SP

Data de Nascimento: 08/01/1972

Endereço Residencial: Rua Vahia de Abreu, 18 A – Boqueirão - CEP: 11050-120, Santos/SP

Telefone: (013) 981117-8877

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Audrei da Rocha Silva

Cargo: Secretário de Saúde e Higiene

CPF: 155.463.988-33

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: Audrei da Rocha Silva

Cargo: Secretário de Saúde e Higiene

CPF: 155.463.988-33

Assinatura: \_\_\_\_\_